

“Deixar de votar é votar no inimigo”: Igreja e imprensa católica na construção do eleitor no Rio Grande do Sul (1945-1950)

“Ne pas voter, c'est voter dans l'ennemi”: L'Église et presse catholique dans la construction des électeurs au Rio Grande do Sul (1945-1950)

Douglas Souza Angeli*

Resumo: Objetivando compreender a mobilização visando à construção do eleitor no período inicial da experiência democrática, ou seja, a construção de um interesse pelo ato de votar no momento de retorno das eleições, de criação de partidos políticos nacionais e de ampliação significativa do eleitorado inscrito, o presente artigo analisa a atuação de agentes específicos nesse trabalho de mobilização: a Igreja Católica, a Liga Eleitoral Católica e a imprensa católica. O estudo tem como recorte espacial o Rio Grande do Sul e como fontes os jornais *Correio Rio-Grandense* e *Jornal do Dia*, bem como o *Unitas – boletim da província eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Para tais agentes, nesse momento de ampliação da participação eleitoral, como deveria se comportar o eleitor católico? Quais sentidos eram atribuídos ao ato de votar? A construção do eleitor católico é impelida com base em um discurso marcadamente anticomunista, articulado às estratégias de posicionamento da Igreja perante o Estado e às práticas de mobilização do clero e da Liga Eleitoral Católica visando ao alistamento e ao voto.

Palavras-chave: Construção do eleitor; Imprensa católica; Liga Eleitoral Católica.

Résumé: L'objectif de cette étude est de comprendre la mobilisation visant à la construction de l'électeur dans la période initiale de l'expérience démocratique, c'est-à-dire à la construction d'un intérêt à voter lors du retour des élections, à la création de partis politiques nationaux et au accroissement expressif de l'électorat inscrit, le présent article analyse la performance d'agents spécifiques dans ce travail de mobilisation: l'Église Catholique, la Ligue Électorale Catholique et la presse catholique. L'étude a pour espace le Rio Grande do Sul et comme sources les journaux *Correio Rio-Grandense* et *Jornal do Dia*, ainsi que le *Unitas – Boletim da Província Eclesiástica de Porto Alegre*. Pour ces agents, au moment de l'accroissement de la participation électorale comment l'électorat catholique devrait se comporter? Quelles significations ont été attribuées au vote? La construction de l'électeur catholique est guidée par un discours nettement anticomunisme, articulé autour des stratégies de la

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista do CNPq.

position de l'Eglise devant l'État et des pratiques de mobilisation du clergé et de la Ligue Électorale Catholique pour l'enrôlement et le vote.

Mots-clés: Construction d'électeurs; Presse catholique; Ligue Électorale Catholique.

Considerações iniciais

O período da história republicana que se inicia em 1945 tem sido considerado o primeiro em que se efetivou um regime democrático no Brasil – ainda que com limitações. Os principais fatores que assim o caracterizam podem ser sintetizados da forma que segue: pela primeira vez há partidos políticos nacionais disputando eleições periódicas em um sistema competitivo e com ampliação significativa do eleitorado se comparado aos períodos anteriores (LAVAREDA, 1991; GOMES e FERREIRA, 2017). Essa ampliação leva à necessidade da construção de um interesse pela representação e pelo voto pois, como afirma Michel Offerlé (2011), para haver eleições é preciso haver eleitores, ou, dito de outra forma, é preciso que se constituam agentes interessados no voto e na competição eleitoral. Dessa necessidade deriva todo um trabalho de mobilização eleitoral, sendo esta compreendida tanto como o resultado de um conjunto de incitações visando ao interesse pelo voto quanto o meio pelo qual se atinge esse resultado: levar o eleitor às urnas (OFFERLÉ, 2011).

Os agentes dessa mobilização eleitoral são partidos e candidatos, mas também a imprensa com seus editores, jornalistas, comentaristas. Além disso, nota-se o interesse nessa construção do eleitor por parte da Igreja Católica, atuando através dos sermões nas missas, da Liga Eleitoral Católica e da imprensa ligada a grupos católicos. Este último aspecto é o foco do presente artigo. Como deveria se comportar o eleitor católico? Quais sentidos eram atribuídos ao ato de votar? O artigo tem o objetivo de compreender tal interpelação por parte da Igreja e de periódicos católicos no Rio Grande do Sul no período inicial da experiência democrática – entre 1945 e 1950. As fontes principais são dois jornais que podem ser enquadrados no conceito de *imprensa católica*. Conforme Oscar de Figueiredo Lustosa (1983), esse qualificativo não se esgota no fato de determinados jornais serem produzidos por católicos, tampouco em tratarem de temas católicos. A *imprensa católica* seria caracterizada por um “modo e atitude específicos na concepção do periodismo, derivados de sua vinculação orgânica com a missão da Igreja” (LUSTOSA, 1983, p. 29). Como veremos adiante, os jornais *Correio Rio-Grandense* e *Jornal do Dia*, pelo conteúdo de suas páginas, reuniam tais características.

O *Correio Rio-Grandense* era editado pelos frades capuchinhos em Garibaldi, na região de imigração italiana no Rio Grande do Sul. Circulou em italiano até 1941, quando a

campanha de nacionalização do Estado Novo o levou a ser editado em língua nacional. Seus artigos eram geralmente voltados à vida religiosa e aos agricultores, os “colonos”¹. Conforme Carla Rodeghero (2003), o *Correio Rio-Grandense* circulava em toda a chamada região colonial do Rio Grande do Sul e também em regiões de Santa Catarina e Paraná, chegando a ter 35 mil assinantes em 1950. Esse periódico, conforme a autora, corporificava a função atribuída à imprensa católica na encíclica *Divini redemptoris*, publicada em 1937: “lutar contra as tendências de materialização e de descristianização da vida e combater o comunismo” (RODEGHERO, 2003, p. 181).

Em 1947 a imprensa católica do Rio Grande do Sul passaria a contar com um diário em Porto Alegre: o *Jornal do Dia*. Foi fundado pelos membros da Associação Católica de Difusão Cultural, formada pelo magistério leigo católico, sob a direção do professor Armando Câmara e com apoio do arcebispo metropolitano D. Vicente Scherer². O *Jornal do Dia* passou a circular na capital e também no interior, publicando notícias internacionais, nacionais e estaduais e uma seção destinada a assuntos religiosos³. O seu primeiro editorial, em 26 de janeiro de 1947, apresentava a “missão” do periódico: colocar os recursos do reino da técnica a serviço do reino do espírito, para que se comunicasse e se irradiasse “uma ideia, uma imagem, um ponto de vista – a ideia que se encerra no Cristianismo pleno e integral”⁴.

O objetivo desse artigo, entretanto, não é refletir sobre a imprensa católica de forma geral, mas sobre o papel que ela cumpre, em determinado contexto, na constituição de um interesse pelo voto e pela representação política – articulado, claramente, a um projeto político específico e concernente às relações entre Igreja e Estado no Brasil naquele momento. Por esta razão, também se fará uso de uma fonte diretamente ligada à Arquidiocese de Porto Alegre: o *Unitas – Boletim da Província Eclesiástica de Porto Alegre*. Criado em 1913, era editado trimestralmente pela Arquidiocese de Porto Alegre e enviado às paróquias, dioceses e congregações religiosas. Por meio de suas páginas, é possível ter acesso a resoluções do Vaticano, discursos do arcebispo metropolitano, decretos de criação de paróquias, circulares, instruções, notícias, relatórios e documentos do episcopado gaúcho.

¹ A coleção digitalizada do jornal *Correio Rio-Grandense* está disponível na página do Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/SubPastas/87>.

² Alfredo Vicente Scherer (1903-1996) estudou no Seminário dos Jesuítas em São Leopoldo e doutorou-se em Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma. Foi ordenado em 1926. Foi secretário do arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker, a quem sucedeu a partir de 1947 por nomeação de Pio XII. Foi arcebispo metropolitano de Porto Alegre até 1981 (CPDOC, verbete disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alfredo-vicente-scherer>).

³ As edições do *Jornal do Dia* estão disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=098230&pesq=>.

⁴ DEFININDO [editorial]. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 26/01/1947, p. 4.

No presente artigo, o interesse maior estará centrado nas circulares relativas às eleições estaduais e ao trabalho da Liga Eleitoral Católica⁵.

O voto como dever grave dos católicos

Em 2 de dezembro de 1945 foram realizadas eleições para escolha de presidente da República, além de deputados e senadores para a formação da Assembleia Nacional Constituinte. Após um jejum eleitoral de mais de 10 anos, o regime comandado por Getúlio Vargas findava e o pleito, convocado ainda por decreto assinado pelo ditador do Estado Novo no início daquele ano, daria início à redemocratização do país. Em termos eleitorais, esse regime democrático se estabeleceria de forma bastante distinta dos períodos anteriores, não somente pela obrigatoriedade de os partidos políticos serem nacionais, mas pela ampliação expressiva e pela mudança no perfil do eleitorado: maior, mais urbano, com maior presença de mulheres e de trabalhadores urbanos⁶.

Após mais de 10 anos sem realização de eleições, e com o aumento expressivo do eleitorado (mais de 500% na comparação entre 1934 e 1945), para a grande maioria dos eleitores o voto era algo novo às vésperas do pleito de 1945. A imprensa cumpriria um papel importante na divulgação de informações sobre o pleito e sobre o ato de votar, com instruções ao eleitorado e atribuições de sentido acerca do voto. Na imprensa católica, não seria diferente. Em suas páginas, porém, as incitações ao eleitorado seriam constituídas por uma narrativa marcadamente anticomunista, dotando o ato de votar de um sentido específico de dever a cumprir.

O *Correio Rio-Grandense*, poucos dias antes das eleições de 2 de dezembro de 1945, buscava instruir os eleitores com relação ao ato de votar. Naquele momento, não havia cédula eleitoral oficial emitida pela Justiça Eleitoral. Assim, o eleitor deveria chegar à seção de votação de posse das cédulas, impressas pelos partidos ou datilografadas por ele mesmo, que desejaria inserir, sob a proteção da cabine indevassável, no envelope – este sim oficial e timbrado pelo Tribunal Eleitoral. Conforme o jornal, o eleitor deveria lembrar de que eram

⁵ É conveniente salientar que, embora a Constituição de 1891 tenha promovido a separação legal entre Estado e Igreja, ao longo do século XX a Igreja Católica buscou uma inserção política visando a ampliar seus espaços de atuação e, a longo prazo, recristianizar as instituições civis (ROSA, 2011).

⁶ Essas modificações foram apontadas em diversos trabalhos, com destaque para as transformações no eleitorado brasileiro, com extensão da cidadania às classes trabalhadoras, apontadas por Gláucio Ary Dillon Soares (1973). John French (1998) analisou o impacto da modalidade *ex-officio* no alistamento em 1945, como uma estratégia varguista de criar um contrapeso urbano e industrial ao eleitorado das zonas rurais dominadas pelas oligarquias. Há também o trabalho de Jairo Nicolau (2001) sobre a história do voto no Brasil. Sobre as interpretações acerca da incorporação dos trabalhadores urbanos ao eleitorado, ver Angeli (2016).

necessárias três cédulas distintas, uma para presidente, uma para senador e outra para deputado federal. Na sequência, o ritual do voto era explicado em cada uma de suas etapas:

O eleitor deve ir à seção já munido de suas cédulas. Ao ser chamado, deve declarar seu nome e apresentar o título eleitoral. Fará sua assinatura e receberá um envelope vazio. Irá para o gabinete e dobrará ao meio ou em quatro as três cédulas e as colocará dentro do envelope, fechando o envelope – para isso terá um minuto. Saindo do gabinete, o eleitor mostrará o envelope fechado ao presidente e aos fiscais e, de sua própria mão, depositará o envelope na urna. Receberá então seu título eleitoral e retirar-se-á o eleitor do recinto⁷.

Até este ponto, o jornal dos frades capuchinhos não se distingue daquilo que é publicado acerca das eleições em jornais da grande imprensa comercial de Porto Alegre, como o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*⁸. Havia diferenças, porém, no sentido que era atribuído ao ato de votar. Os católicos deveriam votar da mesma forma que todos os demais, mas o porquê do voto era dotado de um sentido específico. Algumas semanas antes do pleito, um artigo assinado sob o pseudônimo de *Alabardeiro*, tinha como tema o voto feminino⁹. Para o autor do artigo, publicado no *Correio Rio-Grandense*, o direito de voto das mulheres era algo conveniente aos princípios cristãos, pois “a mulher possui um sentimento do bem mais profundo; e porque o homem materializa-se muito mais ligeiro do que a mulher”. O texto fazia menção às palavras do papa Pio XII, que teria apelado, diversas vezes, às mulheres cristãs a fim de que tomassem parte nas eleições e “concorressem com o seu voto para salvar a Pátria e a Religião”. Assim, as mulheres, que haviam conquistado o direito de votar na década anterior, tinham no sufrágio um dever perante Deus: “As mulheres católicas não devem ter medo de votar, mas criar coragem e cumprir com o seu dever. Deus o quer!”¹⁰.

O tema do dever do voto perante a Pátria e a Igreja seria retomado às vésperas das eleições estaduais de 1947. Após a promulgação da Constituição de 1946, chegava o momento da redemocratização dos Estados, com as eleições para escolha de governadores e deputados estaduais para formação, em cada unidade da federação, de assembleias constituintes. Como a Carta Magna foi promulgada apenas em setembro de 1946, as eleições foram marcadas para janeiro de 1947. Isso preocupava o recém empossado arcebispo metropolitano de Porto Alegre, D. Vicente Scherer. Em circular enviada aos padres, em 17 de dezembro de 1946, D. Vicente salienta o perigo de grande abstenção eleitoral advindo do fato de o pleito estar se

⁷ COMO faremos para votar. *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi/RS, 28/11/1945, p. 2.

⁸ Analisados para produção de um subcapítulo sobre o papel da imprensa na construção do eleitor na fase inicial da experiência democrática (1945-1954), integrante da tese de doutorado do autor, em andamento. Os jornais foram consultados no Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa.

⁹ Mônica Karawejczyk (2013) salienta a aproximação entre a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino com a Igreja Católica no final da década de 1920, como a superação de um obstáculo à conquista do voto feminino no Brasil – direito adquirido a partir do Código Eleitoral de 1932.

¹⁰ SOBRE o feminismo. *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi/RS, 07/11/1945, capa.

realizando em época de veraneio. Diante disso, preconizava a realização de duas tarefas pelos padres. Primeiro, era preciso aproveitar “todas as ocasiões, principalmente as missas aos domingos e dias santos (inclusive Natal) para inculcar a obrigação do voto”, a qual se estendia também, “com toda a sua gravidade, às pessoas em viagem ou veraneio”.

Assim, percebe-se a preocupação do arcebispo com a questão do voto, sendo a abstenção eleitoral um problema a ser evitado. A circular nos oferece um indicativo importante do trabalho de construção do eleitor operado pela Igreja Católica: a busca por inculcar a obrigação do voto entre os católicos – por meios de suas práticas litúrgicas, inclusive, e não somente através da narrativa da imprensa católica. Com isso, é possível dizer que além de ser um agente entre outros nessa mobilização eleitoral (juntamente com Justiça Eleitoral, imprensa, partidos políticos, associações), a Igreja contava não somente com uma imprensa engajada, mas também com um meio de comunicação que poderia ser utilizado para incitar à participação eleitoral: a missa, de certa maneira sacralizando o ato de votar e dotando de gravidade a abstenção de tal dever. Outro meio de mobilização constava na segunda tarefa aludida na circular de D. Vicente: a Liga Eleitoral Católica (LEC), da qual trataremos adiante. O importante aqui é perceber outra estratégia da Igreja para tentar evitar a abstenção: os membros da LEC deveriam orientar o eleitorado sobre as formalidades necessárias para requerer o voto fora de seu município¹¹.

Essa preocupação era reforçada pela imprensa católica, como é possível perceber nas páginas do *Correio Rio-Grandense*. Em 8 de janeiro de 1947, poucos dias antes do pleito estadual, o jornal anunciava: “VOTAR é um dever grave de todos os católicos. Quem não vota comete um crime grave contra a Pátria e contra a Igreja. Católicos, não poupem sacrifícios para cumprir o vosso dever de votar e votar bem!” [grifo da fonte original]¹². Assim, o voto não seria simplesmente um dever de cidadania cívica, mas um dever perante a Igreja e, por efeitos da mediação entre o mundo dos mortais e o mundo transcendente, um dever do eleitor católico perante Deus. Mas, como se pode observar, *o como e o porquê* do voto dos católicos possuía também um *para que*. Era preciso votar e votar bem. Não votar era pecar por omissão e esse pecado tinha consequências. Bem como votar, mas não votar bem. São categorias pelas quais se buscou incitar os católicos ao voto e que analisaremos nas seções a seguir.

¹¹ Circular n. 21, 17/12/1946. *Unitas – Boletim da Província Eclesiástica de Porto Alegre*, jan-mar 1947, p. 61.

¹² VOTAR é um dever grave de todos os católicos. *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi/RS, 08/01/1947, p. 2.

O pecado da omissão e o fortalecimento dos inimigos

Durante o período eleitoral de 1950, quando seriam eleitos presidente da república, governadores dos Estados, senadores e deputados federais e estaduais, o *Correio Rio-Grandense* publicou, na seção intitulada *Correspondência Caipira*, uma espécie de crônica sobre a importância do voto. O texto era escrito na forma de uma linguagem atribuída às pessoas humildes do interior, aos “caipiras”, e por isso no título da crônica estava propositadamente ausente o plural: *Os comício*. Após narrar acontecimentos pitorescos em comícios promovidos por partidos políticos, o texto trata de uma discussão, fictícia, entre os “caipiras” a respeito do voto:

Discutiam das inleição, dos voto. Isso numa roda: Eu não voto, que’esperança! Não tenho tempo pra perde. Magine se eu vô votá... O que é que o governo me pago pra í votá... Nunca mi pago! – Pois, é memo essa é boa, o governo nunca nós pago pra í votá!!!

E se riam e troçavam. Um cara meteu a colhé na conversa e destampô assim:

- ‘Pois é, vanceis deixem de í votá que dispois o governo paga pra voceis, como o governo russo pago pra queles que não foram votá. Como os governo da Europa tão pagando pros eleito que não foram votá...’

- Mas pagaram memo, cumpadre?

- Pagaram. Apois, vancê não viu como aqueles governo cabaram com milhões de gente. Botaram a todos inscraivos como animais. Robaram tudo. Agora tão só se gemendo. Eles não foram votá. Agora o governo pago...

- Deus me livre, vô votá nem que seja de arrasto. Mas vô¹³.

Na crônica, os personagens que discutiam em uma roda pretendiam se abster do direito de votar, porque não receberiam qualquer recompensa. Um terceiro, que os observa, intervém, fazendo alusão à Revolução Russa, que teria escravizado os cidadãos russos e matado milhões. Como ressalta Rodrigo Patto Sá Motta (2002), o embate entre comunismo e anticomunismo no Brasil teve, em termos de imaginário, como um dos pontos importantes a batalha em torno de representações sobre a União Soviética. Conforme o autor, nesta “guerra de propaganda, os anticomunistas se empenharam em atacar os países socialistas, apontando neles a existência de toda sorte de misérias” (MOTTA, 2002, p. 97). Assim, a narrativa presente na crônica se enquadra nessa lógica de atribuir à Rússia soviética um massacre e escravização de seu próprio povo. Conforme Motta (2002), as imagens construídas pelo anticomunismo acerca do comunismo exaltavam o aspecto da escravidão do povo, representação também presente na crônica do *Correio Rio-Grandense*. Em sua narrativa, entretanto, a causa da escravização do povo teria sido sua indiferença quanto à participação eleitoral: eles não teriam ido votar. Votar, portanto, seria um caminho para evitar que o mesmo acontecesse no Brasil: votar, nem que fosse “de arrasto”.

¹³ CORRESPONDÊNCIA Caipira. Os comício. *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi/RS, 27/09/1950, p. 5.

Para esse veículo de imprensa católica, a abstenção eleitoral favoreceria a infiltração do comunismo no Brasil. Deixar de votar significava fortalecer o inimigo. É esse o argumento do artigo publicado no jornal dos capuchinhos em 18 de dezembro de 1946, um mês antes das eleições estaduais. De autoria do redator do periódico, José Bizoto, *Deixar de votar é votar no inimigo* sintetiza essa lógica. Para ele, o voto era uma “arma poderosa” e, para “os católicos de verdade”, deveria assumir “uma força especial”, pois o sufrágio seria o responsável por levar ao governo “homens competentes e honestos, ou ímpios e ateus”. Ímpios e ateus era um modo de se referir aos comunistas, que, segundo o artigo, já haviam percebido a força do voto e estavam em plena campanha eleitoral.

É importante salientar que, naquele momento, o Partido Comunista do Brasil vivia sua breve legalidade, concorrendo com candidatos a deputados estaduais nas eleições de 1947. No pleito anterior, em 1945, o partido havia eleito 14 deputados federais, sendo um pelo Rio Grande do Sul, além da eleição de Luis Carlos Prestes ao Senado (CHILCOTE, 1982). O argumento de que os comunistas estavam em campanha era, portanto, factível, tanto que, ao fim daquele pleito, o partido elegeu três deputados estaduais, obtendo 5,76% dos votos (NOLL; TRINDADE, 1995). A força eleitoral dos comunistas é que era, claramente, superestimada. Mas, como veremos adiante, o comunismo não era o único inimigo presente nessa narrativa e seu perigo consistiria também em se infiltrar em outras siglas partidárias.

Se os comunistas já estavam em campanha, percebendo a importância do comparecimento às urnas, conforme o artigo estaria na hora de os católicos também se mobilizarem, pois a abstenção favoreceria o inimigo vermelho: “Se não formos às urnas, os maus irão e elegerão elementos piores. Cada eleitor que deixa de comparecer às urnas, vota nos inimigos porque enfraquece a força dos bons e ao mesmo tempo reforça as linhas dos maus”¹⁴.

Ao tratar do uso da imprensa como fonte para a História, Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário Cunha Peixoto (2007) salientam a importância de, em termos metodológicos, não se perder a série nem o conjunto editorial do periódico estudado. O isolamento de um excerto pode retirar possibilidades de análise, especialmente quanto às relações entre o excerto e outros elementos presentes na página. No caso do artigo *Deixar de votar é votar no inimigo*, a publicação, na capa, se oferece à leitura em uma articulação com outro artigo e com uma imagem publicada no lado oposto [ver imagem 1].

¹⁴ BIZOTO, José. Deixar de votar é votar no inimigo. *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi/RS, 18/12/1946, capa.

O artigo principal enfatiza a ideia de que a omissão do eleitor católico poderia resultar na eleição dos maus, dos inimigos, dos ímpios e ateus. Logo abaixo, há um artigo tratando daquele que personificava o comunismo no Brasil: Luis Carlos Prestes. No lado oposto da página, constava uma imagem que não era ilustração de nenhum artigo especificamente, mas se relacionava a ambos. Conforme a legenda, tratar-se-ia de uma fotografia alusiva à guerra civil espanhola, no final da década de 1930, sendo que, retratados, estariam comunistas que seguravam as cabeças de católicos mortos no conflito¹⁵. O “inimigo”, assim, se tornava muito mais perigoso e a necessidade de combatê-lo ainda mais imperiosa. O voto seria um meio de impedir o seu avanço¹⁶.

Imagem 1 – Capa do jornal *Correio Rio-Grandense* (18/12/1946)



Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul/RS.

¹⁵ Conforme Rodrigo Patto Sá Motta (2002), a guerra civil espanhola foi o principal momento do anticomunismo católico, pois a Igreja acusava os revolucionários de assassinos de padres e freiras entre outras ações hostis. Isso coincidiu com a primeira grande onda de anticomunismo no Brasil após a insurreição comunista de 1935.

¹⁶ O tema da guerra civil espanhola reapareceria em 1950 no mesmo jornal, em artigo assinado por padre Ambrósio capuchinho e intitulado *Às urnas, às urnas!* O argumento era que os partidos comunistas teriam vencido na Espanha, em 1936, e levado o país à revolução por dois motivos: primeiro, “porque muitos católicos não votaram”; segundo, “porque muitos católicos votaram em maus candidatos”. *ÀS URNAS, às urnas!* *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi/RS, 20/09/1950, capa.

A carta coletiva dos bispos gaúchos, divulgada em 1945, já deixava bastante claro, no momento de redemocratização do país, que o comunismo deveria ser considerado o principal inimigo da “civilização cristã”. Também ali já se apresentava uma censura à omissão: naquele momento, a neutralidade em face do comunismo seria criminosa¹⁷. Um pouco antes das eleições estaduais de 1947, esse tom repreensivo reaparece em circular assinada por D. Vicente Scherer: “Comparecer às urnas e votar em candidatos dignos e capazes é um dever de consciência ao qual *ninguém se pode eximir. Toda indiferença seria criminosa* por redundar em proveito do comunismo desnacionalizador e ateu” [grifos do autor]. Há, portanto, um retundo repúdio à abstenção eleitoral dos católicos, pois o alistamento e o comparecimento às urnas eram considerados um dever moral para os católicos de ambos os sexos, conforme o arcebispo¹⁸.

Se o Partido Comunista era tido como o principal inimigo a ser repellido pelo eleitor católico, não era, entretanto, o único. Artigo do redator do *Correio Rio-Grandense*, José Bizoto, repudiou também a Esquerda Democrática, partido socialista que havia surgido na oposição a Getúlio Vargas. A crítica aos socialistas se baseava no fato de o partido afirmar, em seu programa, não possuir uma “concepção filosófica de vida nem credo religioso”. Além disso, o artigo acusava a sigla de ser a favor do divórcio e de se recusar a responder ao questionário da Liga Eleitoral Católica (LEC)¹⁹. A LEC, formada pelas juntas paroquiais e pela junta estadual, com membros indicados pela Ação Católica e pelos padres, tinha a tarefa de orientar o eleitorado católico acerca dos candidatos afinados com os princípios defendidos pela Igreja.

A partir das eleições de 1950, já com o Partido Comunista do Brasil declarado ilegal, a preocupação da imprensa católica passou a ser a infiltração dos comunistas em outras siglas, com as quais o eleitor católico deveria ter cuidados. Em editorial de 12 de setembro de 1950, algumas semanas antes do pleito, o *Jornal do Dia* acusava o Partido Social Popular (PSP) e o Partido da República (PR) de abrigarem os candidatos comunistas. Conforme o editorial, estes estariam colaborando com traidores:

Vê-se, por um lado, a insistência dos inimigos do Brasil, dos traidores de sua própria gente, em se aboletarem nos postos e cargos públicos, para assim melhor continuarem na prática de seus crimes, na tentativa de entregarem a nação à escravidão soviética. Por outro lado, patenteia-se, aos nossos olhos estarecidos, como partidos democráticos se venalizam não recuando nem em face da

¹⁷ O COMUNISMO e o momento nacional. Carta coletiva do episcopado do Rio Grande do Sul. 05/07/1945. *Unitas – Boletim da Província Eclesiástica de Porto Alegre*. Jul-set 1945, p. 181.

¹⁸ Circular n.º 20. 1º/11/1946. *Unitas – Boletim da Província Eclesiástica de Porto Alegre*. Out-dez 1946, p. 61.

¹⁹ BIZOTO, José. Esquerda sim, democrática não! *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi/RS, 06/11/1946, capa.

colaboração que, com seu gesto, dão aos calabares da Pátria! Os partidos que assim procedem [...] merecem o repúdio público dos verdadeiros brasileiros²⁰.

Novamente, percebe-se a presença do argumento relativo à escravidão soviética, sendo os comunistas, portanto, inimigos da Pátria. Mesmo não mais existindo legalmente o Partido Comunista, o eleitor católico deveria estar atento e repudiar os partidos que abrigassem entre seus quadros candidatos comunistas. No dia seguinte, 13 de setembro, o editorial avançaria nesse tema: além de estarem infiltrados em outros partidos, os comunistas estavam se organizando para as eleições. E isso levava, mais uma vez, à necessidade de organização dos católicos visando à mobilização eleitoral: os “maus, os inimigos do Brasil e de Deus” estariam dispostos a comparecer às urnas em 3 de outubro de 1950 e, por esta razão, os “bons” – “aqueles de quem a Pátria e a Igreja podem esperar” não poderiam se abster. Abstendo-se, estariam cometendo uma falta por omissão e dando aos “inimigos do homem da família, do Brasil e de Deus”, uma força que por si mesmos não possuíam²¹.

Assim, os editoriais do *Jornal do Dia* apresentam argumento similar aos artigos publicados no *Correio Rio-Grandense* no pleito anterior: a abstenção eleitoral dos católicos serviria para fortalecer os inimigos representados pelo comunismo. O eleitor católico era, assim, incitado a comparecer às urnas e a votar. Mas também a “votar bem”. O que significava “votar bem”?

Votar bem: a Liga Eleitoral Católica

A Liga Eleitoral Católica foi criada em 1932, sob a batuta do cardeal D. Sebastião Leme, do Rio de Janeiro, e com vistas às eleições para formação da assembleia constituinte. O objetivo era o de, orientando o voto do eleitorado católico, garantir que a Constituição fosse elaborada dentro dos princípios católicos (ROSA, 2011, p. 197-198). Em 1945, com a proximidade de eleições para uma nova constituinte, a LEC foi novamente organizada, promovendo o alistamento e um intenso trabalho de propaganda em jornais e rádios. Na ocasião, chegou a ser realizado um comício católico, com a presença de 50 mil pessoas, marcando a instalação oficial da LEC (RODEGHERO, 2017, p. 185-186).

A nova Constituição ainda não havia sido promulgada quando, em julho de 1946, o arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker²², veio a falecer. Em janeiro de 1947, no mês das

²⁰ OS COMUNISTAS e as eleições [editorial]. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 12/09/1950, p. 4.

²¹ A INFLUÊNCIA do voto [editorial]. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 13/09/1950, p. 4.

²² João Becker (1870-1946) era natural da Alemanha, chegou ao Brasil com oito anos de idade. Estudou no Colégio dos Jesuítas em São Leopoldo e mais tarde no Seminário de Porto Alegre, também dirigido pelos padres

eleições estaduais, foi empossado no cargo D. Vicente Scherer. Nos meses anteriores, como vigário capitular, D. Vicente já havia tomado providências para a instalação da LEC. Uma circular coletiva dos bispos gaúchos, em novembro, salientava a necessidade de organização da LEC em cada uma das paróquias, com objetivo de alistar novos eleitores e orientar os já alistados. O documento afirmava que os comunistas estavam “empenhados [...] em conseguir melhores resultados que nas eleições passadas” e por isso era “preciso advertir [...] que nenhum católico pode colaborar, de qualquer maneira que seja, com aqueles elementos hostis”²³.

O trabalho de alistamento por parte da LEC é perceptível também pelos anúncios na imprensa, como na imagem abaixo:

Imagem 2 – Anúncio do Posto de Qualificação Eleitoral da LEC (1950)



Fonte: *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 25/06/1950, p. 4.

Além de promover a qualificação com vistas ao alistamento eleitoral e incentivar o comparecimento às urnas, a LEC detinha outra incumbência importante: consultar os candidatos aos postos dos poderes Legislativo e Executivo com uso de um questionário e, em seguida, divulgar a lista dos candidatos considerados solidários às pautas da Igreja Católica e ainda aqueles considerados preferenciais para o voto dos católicos. Conforme a *Proclamação da Liga Eleitoral Católica*, em 1950, ninguém poderia negar à Igreja “o direito de procurar conhecer a ideologia e as tendências dos que se apresentam ao povo como merecedores de representá-lo nos órgãos do poder civil”. Isso porque a Igreja seria o “órgão

da Companhia de Jesus. Foi ordenado em 1896. Por designação de Pio X, foi bispo de Santa Catarina entre 1908 e 1912 e arcebispo de Porto Alegre entre 1912 e 1946 (CPDOC, verbete disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/becker-joao>).

²³ Circular coletiva dos bispos do Rio Grande do Sul. *Unitas – Boletim da Província Eclesiástica de Porto Alegre*, outubro 1946, p. 302.

oficial de orientação político-religiosa do grande eleitorado católico”²⁴. O editorial do *Jornal do Dia*, na edição de 17 de setembro de 1950, enfatizava o trabalho da LEC: conclama o “eleitorado católico ao exercício do voto e o exorta a utilizar esta grande arma da democracia para defender, com desassombro e coragem, os valores ideológicos da Igreja, que são, ao mesmo tempo, os principais alicerces do edifício social”²⁵.

Além do repúdio ao comunismo, quais eram as pautas com as quais os postulantes a cargos eletivos que quisessem contar com as bênçãos da LEC deveriam se comprometer? A resposta também encontramos na imprensa católica. Padre Ambrósio, capuchinho, recordava, em artigo publicado no *Correio Rio-Grandense* em 16 de agosto de 1950, intitulado *Os católicos e a política*, as palavras do arcebispo D. Vicente Scherer ao afirmar que a Igreja não se manifestava a respeito de assuntos meramente políticos. Havia, entretanto, questões políticas que possuíam estreita conexão, no seu entendimento, com os princípios morais e religiosos: “Tais são o matrimônio, a família, o ensino, a moralidade pública e outras. Nesses casos a Igreja tem a missão de intervir”²⁶. Também o editorial do *Jornal do Dia* seguia argumento semelhante, elencando os seguintes pontos: Defesa do casamento indissolúvel, reconhecimento do casamento religioso, ensino religioso nos estabelecimentos de ensino públicos, quartéis, prisões e hospitais²⁷.

Assim, o alistamento e comparecimento às urnas era considerado um grave dever dos católicos. Mas, conforme as circulares do arcebispado e também de acordo com os artigos e editoriais de veículos de imprensa engajados, não bastaria votar, pois era preciso votar bem. Segundo o editorial do *Jornal do Dia* em 17 de setembro de 1950, votar bem era “votar conforme a orientação da LEC”²⁸. Quanto a isso, a *Proclamação do Episcopado Rio-Grandense*, de setembro de 1950, não deixava dúvidas: “As diretivas e recomendações da LEC” deveriam ser “religiosamente observadas, para o bem da Nação e da Igreja”²⁹.

²⁴ PROCLAMAÇÃO da Liga Eleitoral Católica. *Unitas – Boletim da Província Eclesiástica de Porto Alegre*, set 1950, p. 201 – 202.

²⁵ VOTAR bem [editorial]. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 17/09/1950, p. 4.

²⁶ AMBRÓSIO, padre. Os católicos e a política. *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi/RS, 16/08/1950, capa.

²⁷ VOTAR bem [editorial]. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 17/09/1950, p. 4.

²⁸ VOTAR bem [editorial]. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 17/09/1950, p. 4.

²⁹ PROCLAMAÇÃO do episcopado rio-grandense. *Unitas – Boletim da Província Eclesiástica de Porto Alegre*, set 1950, p. 200.

Considerações finais

A mobilização em torno do voto, visando à construção de um interesse pela competição eleitoral e pelo sufrágio como meio de participação política, ocorre em uma disputa entre diferentes agentes interessados em seus efeitos, ou seja, é uma construção disputada pelos agentes que tem no mercado do voto algum interesse. O cidadão, legalmente apto a se tornar eleitor, se vê interpelado e incitado por órgãos estatais, partidos políticos, associações e instituições que buscam, de formas variadas, intervir na competição política ou mesmo instituí-la. Percebe-se que a Igreja Católica, no caso estudado, buscou tomar parte nessa construção.

O alistamento e o comparecimento dos católicos às urnas foram questões importantes dentro de um projeto maior, da Igreja, de pautar as instituições políticas conforme seus princípios morais e religiosos. O eleitor católico deveria se alistar e votar. A abstenção seria considerada uma falta grave, um pecado, uma atitude criminosa perante aqueles que se colocavam como mediadores entre o mundo terreno e o mundo espiritual. Articulistas e editores católicos chegaram a afirmar que os eleitores omissos teriam de prestar contas com Deus. Isso porque a abstenção favoreceria aqueles que foram definidos como inimigos da Igreja e da Pátria: os comunistas, que, por sua vez, engajavam-se nessa mesma disputa por votos.

A Igreja buscava promover o interesse pelo voto e enquadrar esse voto dentro de pautas específicas, pela ação direta dos padres, inclusive nas missas, mas também por meio de duas ferramentas poderosas: a imprensa e a Liga Eleitoral Católica. Ao longo desse artigo, foi possível perceber que as opiniões emitidas nas páginas do *Correio Rio-Grandense* e do *Jornal do Dia*, longe de reproduzirem simplesmente a visão de seus colaboradores e editores, alinhavam-se claramente à estratégia do arcebispado com relação à mobilização eleitoral entre os católicos. Além da busca por construir um interesse pelo voto, o ato de votar era dotado de um sentido específico e articulado às pautas de intervenção da Igreja perante o Estado: o eleitor católico deveria votar e votar bem, não somente impedindo o avanço eleitoral dos comunistas e socialistas, mas elegendo candidatos comprometidos com os princípios católicos, sendo estes proclamados pela Liga Eleitoral Católica.

Nesse conjunto de incitações, presentes nas orientações do arcebispado aos padres, nas publicações da imprensa e no trabalho da LEC, foi oferecida ao eleitor católico em construção uma narrativa anticomunista e enquadrada nos marcos do projeto de intervenção religiosa no espaço público cujos postos estavam em disputa. Portanto, o papel

da Igreja Católica, por diversos meios de influência, não pode ser negligenciado quando se pensa na gramática com a qual o cidadão brasileiro aprendeu a tornar-se eleitor.

Referências

ANGELI, Douglas Souza. Do populismo à experiência democrática: a incorporação dos trabalhadores urbanos ao cenário político brasileiro. *Estudios históricos*, CDHRPyB, Ano VIII, n.º 17, 2016.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro*. Conflito e integração. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Peixoto. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*. São Paulo, n. 35, dez, p. 253-270. 2007.

FRENCH, John D. Los trabajadores insustriales y el nacimiento de la República Populista en Brasil, 1945-1946. In: MACKINNON, Maria Moira; PETRONE, Mario Alberto (Orgs.). *Populismo e neopopulismo en América Latina: el problema de la Cienicienta*. Buenos Aires: Eudeba, 1998, p. 59-77.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: una democracia representativa en consolidación. *Revista Estudios del ISHiR*, Rosario/AR, vol. 8, n. 20, 2018.

KARAWEJCZYK, Mônica. As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932). Tese [doutorado em História]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os bispos do Brasil e a imprensa*. Coleção de História da Igreja no Brasil – 2. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélgio. *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande da América do Sul (1945-1994)*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

OFFERLÉ, Michel. *Perímetros de lo político: contribuciones a una sócio-historia de la política*. Buenos Aires: Antropofagia, 2011.

RODEGHERO, Carla. *O Diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2 ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

RODEGHERO, Carla. *Memória e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. *A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937*. Tese (Doutorado em História). Franca/SP: Universidade Estadual Paulista, 2011.

SOARES, Glaucio Ari Dillon. *Sociedade e política no Brasil* (Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

